

# SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

## XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

### 8. ÁREA ESPECIAL 1: ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

#### SESSÕES ORDINÁRIAS

## AS TRANSFORMAÇÕES DAS ORDENS MUNDIAIS NO MODERNO SISTEMA-MUNDO E AS MUDANÇAS NA ESTRATÉGIA GLOBAL DOS ESTADOS UNIDOS NO PÓS-GUERRA FRIA: A DOCTRINA BUSH

Átila Alves Garrido<sup>1</sup>

### Resumo

Arrighi nos apresenta um elaborado e ambicioso modelo acerca das transformações das ordens mundiais no moderno sistema-mundo. Todavia, Arrighi parece estabelecer uma relação determinística entre a reversão dos ciclos sistêmicos de acumulação para uma fase de expansão financeira e a crise e declínio do *hegemon*. Assim, não contempla em sua análise a possibilidade da potência hegemônica reformular a sua estratégia de supremacia e reverter a expansão financeira em seu favor, permanecendo no centro e sendo o agente principal de um novo processo de reorganização e de expansão sistêmicas, ao forjar, novamente, a aliança histórica entre o poder e o dinheiro. Esse parece ser o caso da hegemonia estadunidense, o que nos leva a revisar a tese defendida por Arrighi, e por outros teóricos da Teoria do Sistema-Mundo Moderno, acerca da crise e do declínio dessa hegemonia. Busca-se, ainda, explorar algumas das consequências do fim da Guerra Fria para a estratégia global dos Estados Unidos e algumas das tentativas de resposta aos desafios colocados pelo fim desse conflito. Particularmente, nesse sentido, a Doutrina Bush.

**Palavras-Chave:** Economia Política Internacional, Sistema Mundo-Moderno, Transições Hegemônicas, Lógicas Sistêmicas, Sistema-Império, Hegemonia Estadunidense, Pós-Guerra Fria, Doutrina Bush.

### Abstract

Arrighi present us a well elaborated and ambitious model about world order transformations in the modern world-system. Nevertheless, Arrighi seems to establish a deterministic relation between the reversion of the systemic cycles of accumulation to a phase of financial expansion and the crises and decline of the *hegemon*. Thus, this author does not contemplate in its analysis the possibility of the hegemonic power to reformulate its strategy of supremacy and to revert the financial expansion in his favor, remaining in the center and being the main agent of a new process of systemic reorganization and expansion. This seems to be the case of US hegemony, what lead us to revise the thesis esposed by Arrighi, and others theorists of the Modern World-System Theory, concerning the crises and decline of this hegemony. Besides, it is made an effort to exploit some of the consequences of the end of the Cold War to the US global strategy and some of the answers attempts to the challenges that has been put by the end of this conflict. In this sense, it is given special attention to the Bush Doctrine.

**Key-Words:** International Political Economy, Modern World-System, Hegemonic Transitions, Systemic Logics, Empire-System, US Hegemony, Post-Cold War, Bush Doctrine.

---

<sup>1</sup> Mestre em Teoria Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp.

## Introdução

Arrighi nos apresenta um elaborado e ambicioso modelo acerca das transformações das ordens mundiais no sistema-mundo moderno. Essas transformações assumiriam a forma de transições hegemônicas, as quais se dariam nos períodos de reversão das fases de expansão material para as de expansão financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação, o que significaria, respectivamente, a passagem de períodos de mudanças contínuas para períodos de mudanças descontínuas. De acordo com Arrighi, essa reversão para a fase de expansão financeira marcaria a crise e inexorável declínio da hegemonia do bloco governamental e empresarial que ocupa a posição de agente principal dos processos de acumulação de capital em escala global. A crise, a reversão seria deflagrada em função do aumento dos riscos e da queda das taxas de lucro do capital empregado no comércio e nas atividades produtivas em decorrência da ampliação exacerbada da concorrência intercapitalista, caracterizando uma crise de superprodução, e do crescimento do volume e da densidade dinâmica do sistema para além da capacidade de gestão das estruturas existentes criadas pelo *hegemon* para regular a fase de expansão sistêmica.

O contínuo crescimento do volume e da densidade dinâmica do sistema teria exigido, ao longo desse processo, a presença de estruturas estatais de abrangência e complexidade cada vez maiores, tornando obsoletos, sequencialmente, as cidades-estado, os quase-estado-nação, como as Províncias Unidas, e os estados-nação, como a Grã-Bretanha, até chegar a ponto de tornar-se impossível de ser gerido até mesmo por superestados, como os EUA e a URSS. A expansão das estruturas do capitalismo criadas pela hegemonia norte-americana centradas nas multinacionais e na multiplicação de estados-nação, paralelamente à criação de estruturas de governo supranacionais teria tornado o sistema impossível de ser administrado e liderado até mesmo por estruturas de gestão dotadas da abrangência e da complexidade criadas pelo Estado norte-americano, tornando possível que, segundo esse autor, a lógica capitalista (D-T-D') pudesse sobrepujar a lógica territorialista (T-D-T')<sup>2</sup>. Em cada ciclo, os estados teriam cedido parcelas cada vez maiores de suas soberanias a favor do capital, o que teria permitido que o “arquipélago capitalista do Leste Asiático”, seguindo uma lógica de poder estritamente capitalista, pudesse passar a controlar a maior parte da liquidez mundial mesmo sem ter o controle da maioria das armas, as quais ainda estariam em posse dos EUA. Essa possibilidade de uma bifurcação entre o controle das armas e o controle do

---

<sup>2</sup> Segundo Arrighi, por trás da dinâmica do sistema duas lógicas de poder alternativas estão a impulsioná-la. Por um lado, a lógica do “territorialismo” e, de outro, a do “capitalismo”. Na primeira, os governantes associam a expansão do poder com a aquisição de territórios e, conseqüentemente, de controle sobre sua população e seus recursos. Por essa perspectiva, o capital consiste num meio através do qual se obtém os recursos necessários em termos de homens, armas e mantimentos para a expansão territorial e, portanto, do poder. Na segunda, os governantes associam o aumento do poder com a expansão do controle sobre o capital e, portanto, buscam assegurar-se dos meios que possibilitem uma maior valorização do capital inicialmente empregado. Nesse sentido, a aquisição de territórios consiste em apenas um desses meios e não o seu foco principal.

dinheiro, na concepção de Arrighi, seria o principal traço distintivo da crise hegemônica estadunidense em relação às precedentes.

Entretanto, além do controle das armas e do dinheiro parecer ser mais indissociável do que faz sugerir sua análise, Arrighi parece estabelecer uma relação determinística entre a reversão dos ciclos sistêmicos de acumulação para uma fase de expansão financeira e a crise e declínio do *hegemon*.

À relação determinística entre os ciclos sistêmicos de acumulação e os ciclos hegemônicos, onde o deslanchar de uma fase de expansão financeira prenuncia a crise e o inexorável declínio da potência hegemônica, propõe-se a possibilidade de um descolamento entre esses dois ciclos. Ou seja, considera-se a possibilidade de que, ao ter a sua posição ameaçada por desafiantes, uma potência hegemônica, reunindo capacidades política, econômica e militar grandes o suficiente, possa remodelar as estruturas sobre as quais se assenta a sua hegemonia e, em função do poder diferencial de que dispõe, tornar a expansão financeira a seu favor e extrair vantagens competitivas do sistema interestatal em benefício do seu sistema produtivo, restaurando a sua economia e a sua competitividade. Dessa forma, ao forjar novamente a aliança histórica entre o poder e o dinheiro, pode reverter o declínio relativo, permanecer no centro e ser o agente principal de um novo processo de reorganização e de expansão sistêmicas.

Esse parece ser o caso da hegemonia estadunidense, o que nos leva a revisar a tese defendida por Arrighi, e por outros teóricos da Teoria do Sistema-Mundo Moderno, acerca da crise e do declínio dessa hegemonia. De acordo com Gowan, a hegemonia estadunidense possui características específicas que a diferem daquelas que a antecederam, ou seja, tanto da britânica quanto da holandesa. Para esse autor, o *mainstream* dessa corrente teórica tende a superestimar, principalmente, as capacidades da hegemonia britânica e a subestimar as da estadunidense. Isso os leva a negligenciar aspectos que tornam os Estados Unidos um caso especial entre as potências que ascenderam à posição de hegemonia mundial, a concluir apressadamente pelo seu inevitável declínio quando do primeiro sinal de crise nos anos 1970 e a ignorar a possibilidade desse país romper com o modelo de ciclos hegemônicos.<sup>3</sup>

Por fim, se buscará explorar algumas das consequências do fim da Guerra Fria para a estratégia global dos Estados Unidos e algumas das tentativas de resposta aos desafios colocados pelo fim desse conflito. Particularmente, nesse sentido, a Doutrina Bush.

## **1. Acumulação de poder e riqueza no Sistema-Mundo Moderno**

O poder exerce uma grande força de atração sobre o capital em função de sua capacidade de expandir o potencial de multiplicação deste. Isso se dá por meio de várias formas, dentre as quais se

---

<sup>3</sup> GOWAN, P. (2004), p. 474-482.

pode destacar: a possibilidade do capital, em função de sua aliança com o estado e por meio do poder deste, de impor a sua lógica como princípio organizador da sociedade de modo que esta opere conforme os seus interesses e as suas necessidades de valorização, de modo que os valores da sociedade passem a ser norteados pelos valores e pelo objetivo último de valorização do capital; o estado oferece, através de sua busca de poder e do seu imenso potencial de mobilizar recursos e tributos, pelo uso da força ou de expedientes ideológicos, um canal adicional, de grosso calibre e de fundamental importância, aos canais de comércio e de produção para a valorização do capital, sem que este tenha que incorrer nos riscos, inconvenientes e incertezas das atividades mercantis e produtivas, principalmente quando esses fatores adversos se elevam a ponto de comprometer, de comprimir as taxas de lucro nessas atividades abaixo de um nível que compense incorrê-los; ademais, a associação do capital com o estado possibilita que se estabeleça uma relação através da qual os objetivos de expansão do poder dos estados sejam canalizados, conciliados, ligados e, até certo ponto, tornados indissociáveis dos objetivos de expansão do capital em relação a terceiros.

Nesse último ponto, observa-se uma possibilidade de separação. Mas não entre o capital e os estados em geral. E sim uma separação parcial, entre uma fração dos capitais nacionais e “seus” estados nacionais. Essa separação se daria em decorrência da divisão entre os interesses gerais e específicos das diferentes comunidades nacionais de capitalistas. Na defesa de seus interesses gerais, se aliarão ao estado mais forte do sistema para fazer valer esses interesses em todos os seus recantos, inclusive para fazer o seu próprio estado nacional ceder nos pontos de conflito que travam a imposição desses interesses internamente, bem como para a expansão global do sistema. Mas essa “aliança geral” não desfaz a “aliança local”, que continua a ser importante pelos mesmos motivos expostos acima, bem como, pelo menos para aqueles blocos nacionais com um projeto de potência, com uma “vocação de potência”, e com condições para implementá-lo, para fazer avançar a sua própria posição e tornar o seu “bloco governamental e empresarial” a unidade mais poderosa do sistema e o defensor maior dos interesses gerais da classe capitalista e, com isso, em função dessa posição, contando com a sua “solidariedade”. Contudo, a aliança entre os capitais nacionais e seus estados tende a se fortalecer ou a aliança global com o estado mais poderoso a se enfraquecer à medida que este dê provas de não mais ser um instrumento adequado para defender os interesses gerais dos capitalistas por não mais contar com o poder suficiente para fazê-lo. Nesse momento, ocorreriam movimentos dispersivos em que se multiplicariam as apostas acerca de qual será o novo *hegemon*.

Trata-se de uma dicotomia que emerge da configuração do sistema-mundo moderno, qual seja, da fragmentação do poder em diversas unidades políticas diante da vocação, da necessidade de expansão transnacional do capital e de expansão imperial dos estados nacionais que se recusam a “cair” na condição de dependência e assegurar a sua sobrevivência dentro do sistema sob a pressão,

sobretudo, da possibilidade permanente da guerra e da necessidade de preparar-se para fazer a guerra. Na busca pela resolução desse dilema e para a consecução de seus respectivos objetivos expansionistas ou de resistência ao expansionismo dos rivais, por um lado, os estados buscam aliar-se com os capitalistas no intuito de obterem os recursos necessários para prepararem-se para a guerra e para fazerem a guerra, seja para se defenderem, seja para implementarem seus projetos imperiais. Por outro lado, os capitalistas buscam aliar-se a estados fortes o suficiente para defenderem os seus interesses, que garantam a segurança da reprodução e ampliação do seu capital.

Essa relação de complementaridade, mas que, como não poderia deixar de ser, não exclui o conflito, se traduz, seguindo Fiori, nas lógicas de acumulação do poder e da riqueza que impulsionam e que estão por trás da dinâmica do sistema, ou seja, respectivamente, P-D-P' e D-P-D'<sup>4</sup>. O suporte das frações cosmopolitas/transnacionais dos diferentes capitais nacionais a um determinado estado é proporcional ao poder deste. Esse apoio se dilui à medida que aquele poder mostra sinais concretos de enfraquecimento. Nesse momento, esses capitais multiplicam as suas apostas, aliando-se proporcionalmente àqueles estados que têm mais chances de vencer a disputa. Ou, o que é mais comum nos momentos críticos de definição, se “re-nacionaliza”, buscando o apoio e reforçando os “seus” próprios estados-nacionais no jogo de poder internacional.

Portanto, seguindo essa formulação, a riqueza, no sistema-mundo moderno se reveste da forma do capital e é dele que o poder se utiliza, nesse sistema, para alimentar a sua expansão e, assim como o capital, buscar uma posição de monopólio. Duas lógicas intrinsecamente expansionistas que, de maneira conflitiva e complementar, se aliaram para formar a mais eficiente máquina de acumulação e conquista, sendo essa junção a principal responsável por transformar a Europa naquele “fantástico modelador da história mundial” e pela consolidação e expansão do sistema-mundo moderno. “Em síntese”, de acordo com Fiori, “... foi a combinação do ‘jogo das guerras’ com o ‘jogo das trocas’ que criou as condições originárias da economia capitalista, uma

---

<sup>4</sup> V. FIORI, J. L. (2004) Discutindo sobre a origem política do capital financeiro, Fiori, para periodizar e formalizar a junção do poder político com o poder do capital, se utiliza, respectivamente, das épocas do “patrimonialismo” e da “corretagem” identificadas e definidas por Tilly e, assim como Arrighi, da formulação de Marx para a lei de valorização do capital. Dessa maneira, no período do patrimonialismo, quando a terra (T) constituía o elemento fundamental da riqueza, a expansão do poder (P) se daria por meio da aquisição territorial e, assim, do aumento do controle sobre recursos e população mais vastos para abastecer as forças armadas e para pagar por elas através da tributação dessa população. Em termos formais, essa expansão se traduziria na fórmula P-T-P'. Ao mesmo tempo, a riqueza se expande quando, por meio do exercício do poder, novos territórios são conquistados. Sua fórmula de valorização seria T-P-T'. Quando se transita da época do patrimonialismo para a da corretagem, a posse da terra perde espaço para a posse do dinheiro (D) como fonte primordial de manutenção e acumulação de riqueza, a qual se dá através do processo de valorização que transforma o dinheiro em capital. Porém, de acordo com Fiori, o que se tem aqui, no “jogo das guerras” e dos “lucros extraordinários”, no lugar da extração da mais-valia por meio da exploração da força de trabalho, é uma “mais-valia política”, na qual o trabalho é substituído pelo poder como fonte de aumento da riqueza. Assim, T-P-T' se torna D-P-D'. Paralelamente, o incremento do poder passa a depender cada vez mais das facilidades de acesso ao crédito, aos financiamentos e à tributação mais eficiente permitida por economias mercantis bem desenvolvidas que possibilitam a mobilização e o pagamento dos recursos, homens e armas para a guerra e para sua preparação. O processo de acumulação de poder passa a se dar não mais por P-T-P', mas por P-D-P'. (FIORI, J. L. 2004: 28-33)

economia que passa pelos mercados, mas que se alimenta, sobretudo, das trocas dos ‘não-equivalentes’”.<sup>5</sup>

Assim, a lógica do capitalismo, aqui entendida como o conjunto das duas lógicas elaboradas por Fiori, intrínseca ao sistema-mundo moderno, impôs-se primeiro entre as sociedades européias e, a partir delas, ao mundo. A imposição, expansão e consolidação dessa lógica, acompanhando a ascensão do capital, teriam sido possibilitadas pela guerra decorrente da competição, da luta pelo poder entre uma multiplicidade de unidades políticas no espaço europeu, premidas pela necessidade de fazer a guerra e de preparar-se para ela de modo a garantir a sua sobrevivência enquanto unidades independentes. O capitalismo, portanto, teria surgido e se expandido a partir da guerra, da necessidade de se obter recursos para fazer a guerra, ou seja, teria surgido como instrumento de guerra. A expansão dessa competição para outras partes do mundo em função das exigências dessa mesma luta teria generalizado, no plano global, a competição, a luta e o capitalismo como instrumento de poder e de sobrevivência dos estados e nações enquanto unidades independentes, desarticulando e subjugando aquelas que resistissem a adotar, ou que não fossem capazes de adotar, essa lógica com a mesma eficiência.

Elaboradas dessa forma, as lógicas do sistema lançam novas possibilidades sobre a análise do funcionamento e das transformações das ordens mundiais, colocando outros cenários, não contemplados pela teoria das transições hegemônicas conforme a formulação de Arrighi, de desfecho para os ciclos hegemônicos e para os ciclos sistêmicos de acumulação.

## 2. *Empire System*

Um destes cenários, que parece relacionar-se logicamente com a discussão empreendida até este ponto, é apresentado por Peter Gowan<sup>6</sup>. Esse autor nos apresenta a possibilidade de conciliação não de um império mundial, mas do que denomina *Empire System* com o conceito de sistema-mundo moderno<sup>7</sup>. Nesse sentido, invertendo a perspectiva desenvolvida por Chase-Dunn para mostrar a impossibilidade de um império-mundo capitalista, Gowan estabelece as pré-condições necessárias para o estabelecimento de um *Empire System*. Este pode ser definido como um sistema em que o estado que nele ocupa a posição central reúne recursos de poder exclusivos e suficientes para suspender o equilíbrio de poder entre os estados do núcleo do sistema. Contudo, sem eliminar a

<sup>5</sup> FIORI, J. L. (org.) (2004), p. 32-33.

<sup>6</sup> GOWAN, P. (2004b). Para uma visão crítica da tese de Gowan ver: GULLICK, J. (2004); BOSWELL, T. (2004); ARRIGHI, G. (2004).

<sup>7</sup> Ainda que inicialmente e sem chegar a comprometer seriamente sua análise, Gowan incorre em alguns equívocos e imprecisões conceituais como, por exemplo, negar o antagonismo existente entre os conceitos de império-mundo e economia-mundo, uma vez que se tratam de conceitos diferentes, e ao associar o conceito de *Empire System* ao de império-mundo capitalista, o que, de fato, é uma impossibilidade teórica. Vale chamar atenção para o fato de que ao propor a ideia de *Empire System* Gowan retoma e amplia a tese de Kautsky acerca do ultra-imperialismo e, conseqüentemente, recoloca o debate entre este e Lênin a respeito de sua viabilidade ou não. Agradeço ao Prof. Eduardo B. Mariutti por essas observações.

existência destes e as suas soberanias, colocando-se, portanto, como o maior entre quase iguais. Ao mesmo tempo, estabelece, como objetivo central, a pretensão de não sofrer ameaças advindas de novos rivais e instituir uma soberania imperial para arbitrar as questões fundamentais em escala internacional, rejeitando um sistema multilateral. Por outro lado, busca atrair o apoio das elites capitalistas nacionais transnacionalizadas ao colocar-se como o principal defensor dos interesses comuns que compartilham enquanto classe.

Dentre as pré-condições decorrentes do sistema interestatal que um estado deve superar para estabelecer um sistema-império está a capacidade de não apenas gerir o sistema de equilíbrio de poder, mas de suprimi-lo, constituindo e colocando-se no centro de um sistema unipolar. Uma segunda condição reside na capacidade de manter um diferencial decisivo de poder tecnológico-militar, de modo a dissuadir qualquer outro aspirante à potência regional ou global de desafiar, individualmente ou através de alianças, o poder imperial. Relacionada a esta, a terceira condição consiste em reduzir ou eliminar o espaço de manobra para que outros estados possam utilizar a sua soberania e os seus recursos para desafiar o potencial produtivo do Estado-Império. Ou seja, deve ser capaz de controlar o ambiente sócio-econômico interno de estados soberanos no núcleo do sistema. Por fim, no quadro das pré-condições do sistema interestatal, ele deve ser capaz de resistir a pressões por parte de movimentos sociais e de outros Estados centrais no sentido de se estabelecer formas de governo mundial. Pelo lado do segundo conjunto de condicionalidades, o Estado-Império deve evitar que os capitalistas, para preservar a sua liberdade de movimento e de ação, busquem reduzir o seu poder. Além disso, deve atuar de modo a convencer os capitalistas de que a manutenção do seu controle social tanto dentro dos países do centro quanto da periferia estará assegurada e bem-defendida sob o domínio do estado-império, não sendo ameaçada, por exemplo, por movimentos anti-sistêmicos.<sup>8</sup>

Mas, como poderia um sistema-império ser compatível com estados nacionais soberanos, considerando-se que as pré-condições apresentadas para o estabelecimento de tal sistema parecem ser flagrantemente contrárias à soberania desses estados? Além disso, a constituição de um império mundial parece ser contrária aos interesses dos capitalistas. Estes teriam o seu poder estrutural reduzido frente aos estados e aos trabalhadores. Isso ocorreria uma vez que esse poder é derivado justamente da sua livre mobilidade tanto diante da relativa imobilidade dos trabalhadores, quanto de um sistema em que o capital é disputado por uma pluralidade de estados soberanos em permanente competição pelo poder. Um império mundial eliminaria essa competição e reduziria as possibilidades dos capitalistas de mover-se para onde as condições lhe sejam mais favoráveis, e as restrições, bem como o poder de resistência dos trabalhadores, sejam menores. Gowan argumenta que essas questões se baseiam em determinadas premissas acerca do sistema político e econômico

---

<sup>8</sup> GOWAN, P. (2004b), p. 485-487.

mundial que opõem, por um lado, os estados soberanos e um estado-império, e, por outro, os capitalistas e os estados e, por extensão, o estado-império.<sup>9</sup>

Não obstante, como foi discutido, a relação entre o capital e o poder dos estados parece ser muito mais complementar e simbiótica do que antagônica. Dessa maneira, seria possível que os capitalistas tanto do próprio estado-império quanto de outros países do núcleo aceitassem e defendessem a constituição de um *empire system*, uma vez que o estado-império se colocasse como o principal defensor dos seus interesses ao redor do mundo, seja: ampliando os seus direitos sobre os trabalhadores do núcleo e da periferia; instituindo regimes políticos e econômicos internacionais que garantissem a segurança de seus negócios e favorecessem a livre movimentação e acumulação de capital; abrindo os países semi-periféricos e periféricos e expandindo o acesso do capital dos países centrais a esses mercados. Essas são algumas das bases sobre as quais se poderia estabelecer uma aliança entre o estado-império e parcelas da elite capitalista dentro dele próprio e de outros países do núcleo do sistema, cooptadas pelo projeto imperial.<sup>10</sup>

Quanto à incompatibilidade entre estados soberanos e um império mundial, segundo Gowan, esta é derivada da tradição liberal de privilegiar as relações jurídicas sobre as relações políticas. Quando estas são colocadas no centro da análise, essa existência paralela deixa de parecer tão estranha quanto à primeira vista. Na verdade, é possível a constituição do que Gowan, a partir da análise de Joseph Nye, denomina de um sistema imperial, sem que se suprima o sistema interestatal. Para tanto, o estado-imperial deve ser capaz de estruturar o sistema interestatal e o sistema econômico internacional de modo que estes tendam a produzir resultados que favoreçam e fortaleçam o estado-imperial. Ou seja, consiste na capacidade de um estado reunir as condições necessárias que o capacitem a explorar em seu benefício não apenas os tradicionais mecanismos de *feedback* decorrentes das guerras entre as grandes potências, mas também aqueles oriundos do próprio sistema interestatal. Para tanto, o estado-imperial deve estruturar o sistema de modo que os demais estados sejam levados a “querer o que o estado-imperial quer”. Uma forma de controle imperial mais indireta, mas nem por isso menos real e eficiente.<sup>11</sup>

Essa proposição parece estar em linha com aquela desenvolvida por Fiori em *O Poder Americano* e *O Poder Global*. Ou seja, o estado-império, pelo poder (P) que possui, em função das capacidades de que dispõe, reúne as condições necessárias para fazer com que o sistema opere em seu benefício, constituindo e explorando mecanismos de *feedback* que canalizam, para si e para o seu sistema produtivo, os recursos (D) indispensáveis para a manutenção e expansão daquele poder (P’). Paralelamente, suas elites capitalistas transnacionalizadas e aquelas parcelas dessas elites de

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 487.

<sup>10</sup> GOWAN, P. (2004b), p. 489-491.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 488-489.



outros estados pertencentes ao núcleo do sistema, e mesmo à sua periferia e semi-periferia, que são cooptadas pelo projeto do estado-império, apóiam, com sua influência e com seu capital (D), a manutenção e expansão desse poder imperial (P), na medida em que este se apresente como o principal defensor e promotor dos seus interesses e da expansão continuada da acumulação do seu capital (D').

A questão que se coloca é se e como os Estados Unidos têm sido capazes de suprir as condições necessárias para constituir um sistema imperial conforme descrito acima? Quais seriam essas características que difeririam a hegemonia estadunidense das suas antecessoras e que os permite explorar mecanismos de *feedback*?

## **2.1. Mecanismos de *Feedback*: Monetário-Financeiro e Político-Militar**

O extraordinário poderio político-militar norte-americano em relação ao núcleo do sistema, mas também o seu controle sobre o sistema monetário e financeiro internacional são fontes importantes de poder que possibilitam aos EUA enfrentar os desafios colocados por outras potências no campo da produção de bens intensivos em capital. Fazendo uso desses mecanismos, os EUA podem contra-atacar seus competidores em outros campos que não o produtivo, enquanto empreendem esforços para reorganizar a sua hegemonia sob novas bases no intuito de tentar retomar a liderança nesse setor e restabelecer a sua primazia global. O sucesso nesse esforço, entretanto, está longe de ser garantido, uma vez que o seu êxito ou fracasso dependem de múltiplas variáveis cujo total controle escapa às mãos de qualquer ator isoladamente ou em conjunto dentro dessa estrutura, apesar do seu maior ou menor grau de influência e de capacidade de manejo de variáveis cruciais dentro dela.

Por um lado, o controle norte-americano sobre o sistema monetário e financeiro internacional o capacita, através do manejo das taxas de juros e de câmbio, a exercer uma influência decisiva sobre os resultados da política macroeconômica de outros países centrais. Ademais, esse controle lhe oferece graus de liberdade muito maiores que os dos demais competidores para a implementação de políticas econômicas anti-cíclicas e de estímulo a competitividade do seu sistema produtivo.<sup>12</sup> O controle da moeda internacional, ainda que sob os arranjos de Bretton Woods, mas sob o contexto da Guerra Fria, já permitia aos EUA ter uma menor restrição externa sobre suas políticas econômicas ao tornar possível a ocorrência de déficits globais no seu balanço de pagamentos, apesar dessa vantagem, inicialmente, não se apresentar tão claramente em função da situação econômica do pós-guerra, a qual os possibilitava obter contínuos superávits na balança comercial. Todavia, com a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, com as operações militares dos EUA no exterior e, conseqüentemente, com o surgimento dos primeiros

---

<sup>12</sup> GOWAN, P. (2004b), p. 478-482; GOWAN, P. (2004a); TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (1997).

déficits comerciais nos anos 1960, essa vantagem tornou-se mais visível e ampliou-se quando o governo estadunidense rompeu a conversibilidade do dólar em ouro e, em seguida, desvalorizou a sua moeda. Dessa forma, a partir desse momento, os EUA liberavam-se das duas restrições impostas pelo sistema anterior que atrelava o dólar ao ouro, ou seja, além de poder incorrer em déficits globais na balança de pagamentos, podiam agora ter déficits em conta corrente, e, conseqüentemente, ampliar o passivo externo, bem como mover a taxa de câmbio para cima ou para baixo, por meio da manipulação das taxas de juros, conforme os seus objetivos internos e externos em termos de política macroeconômica e de competitividade de sua economia.<sup>13</sup> De acordo com Serrano,

no padrão dólar flexível os Estados Unidos podem incorrer em déficits na BP e financiá-los tranquilamente com ativos denominados em sua própria moeda, como nos outros padrões anteriormente citados. Além disso, a ausência de conversibilidade em ouro dá ao dólar a liberdade de variar sua paridade em relação a moedas dos outros países conforme sua conveniência, através de mudanças da taxa de juros americana. Isso é verdade tanto para valorizar o dólar quanto para desvalorizá-lo. No último caso não há mais por que temer uma fuga para o ouro, pois o novo padrão dólar é inteiramente inconvertível, baseado na premissa de que um dólar “*is as good as one dollar*”, premissa ancorada no poder do Estado e da economia americana no mundo unipolar pós-guerra fria. Como o dólar é o meio de pagamento internacional e a unidade de conta nos contratos e nos preços dos mercados internacionais, acaba por se tornar também a principal reserva de valor.<sup>14</sup>

Portanto, as vantagens de emitir a moeda internacional se ampliam com fim do sistema de Bretton Woods e a implementação, em seu lugar, pelos EUA, de um novo regime monetário e financeiro internacional, tendo como base o padrão dólar-flexível. Esse novo regime tem como principais características a liberalização dos fluxos de capitais, a desregulamentação financeira e a ausência da necessidade de lastro para a principal moeda internacional, a qual, dessa maneira, pode sofrer desvalorização e conviver com déficits em transações correntes sem que a sua posição superior enquanto reserva de valor e meio de denominação e liquidação de contratos seja prejudicada, caracterizando-se primordialmente, portanto, como moeda financeira. Isso porque os critérios para a aceitação de tais funções por parte do dólar deixam de residir na sua capacidade de sustentar uma paridade fixa e a convertibilidade em ouro para basear-se na posição superior ocupada pelo sistema financeiro e pela dívida pública estadunidense na hierarquia do sistema financeiro internacional, aos quais o acesso é possibilitado pelo dólar. Igualmente importante para a sustentação do dólar é a posição ocupada pelos EUA na hierarquia de poder mundial, ancorada no enorme diferencial de seu poderio político-militar em relação aos seus parceiros e adversários e na

---

<sup>13</sup> SERRANO, F. (2002); SERRANO, F. (2004).

<sup>14</sup> Idem (2002), p. 250-251.

sua privilegiada posição geopolítica. Essa posição diferenciada do dólar e do sistema financeiro dos EUA, somadas às características do padrão dólar-flexível, fornecem aos EUA maior capacidade de sustentar tanto elevados déficits em transações correntes, quanto um grau de endividamento público e externo muito superior ao de seus principais competidores. Essa inserção diferenciada no sistema financeiro internacional fornece-lhe uma maior flexibilidade e autonomia relativas necessárias para a operação de políticas fiscal, monetária e cambial conforme os seus objetivos políticos e econômicos. Além disso, como decorrência da importância do dólar e da dívida pública estadunidense para fornecer algum grau de estabilidade a um sistema intrinsecamente instável, há um forte mecanismo de incentivo para que as demais potências tenham interesse pela estabilidade do mercado financeiro norte-americano e sejam levadas a cooperar para tanto.<sup>15</sup>

Por outro lado, os EUA, desde 1945, têm sido capazes de se colocar no centro de um sistema de poder unipolar entre as potências do núcleo do sistema capitalista. Dessa maneira, diferentemente da Grã-Bretanha, que era capaz de manipular o sistema de equilíbrio de poder a seu favor, mas não de colocar-se acima dele, os EUA suprimiram esse sistema. Fizeram-no construindo uma rede de alianças e acordos militares bilaterais em que se colocaram como o ator principal em cada uma delas e em cada região. Assim, na medida em que dependem dos EUA para a sua segurança, os demais atores relevantes do sistema de alianças se relacionam prioritariamente e estão mais próximos dos EUA do que entre si, o que, se não inviabiliza, dificulta a possibilidade desses atores em montar uma aliança militar que desafie o poderio norte-americano.<sup>16</sup>

Ao mesmo tempo, através não apenas de seu predomínio militar, mas também da maneira como esse poderio é estrategicamente distribuído, os EUA têm sido capazes de controlar o ambiente geopolítico e geoestratégico no qual a política externa e de segurança dos demais estados do centro é formulada. Com isso, os EUA conseguem influenciar e reduzir o grau de autonomia desses estados na determinação dessas políticas e a sua capacidade de iniciativa e de projeção de poder na

---

<sup>15</sup> O sistema financeiro estadunidense destaca-se em relação aos demais devido ao grau incomparável de liquidez e de profundidade de seus mercados, bem como à sofisticação dos seus instrumentos financeiros. Por seu turno, a dívida pública estadunidense distingue-se das outras praças financeiras mais importantes por possuir risco mínimo de crédito, liquidez mais elevada e prazos de maturidade mais variados, bem como infra-estrutura de mercado bem estruturada. Em função disso exerce vários papéis fundamentais dentro do sistema financeiro internacional, tais como: fornecer a sua taxa de juros de referência; servir como instrumento de *hedge* para operações com outros ativos; servir como garantia para o financiamento de posições no mercado financeiro; facilitar a administração da liquidez; oferecer uma opção segura de investimento de longo prazo; e, principalmente, funcionar como “porto-seguro” do sistema em momentos de grande instabilidade e de preferência pela liquidez. TAVARES, M. C & FIORI, J. L. (1997); HELLEINER, E. (1994), p. 166-168; GOWAN, P. (2004), p. 478-482; SERRANO, F. (2002); SERRANO, F. (2004). De acordo com Metri, “A idéia central é a de que os títulos públicos norte-americanos (*U.S.Treasuries*) e seus mercados primários e secundários detêm determinadas características que lhes garantem atribuições exclusivas dentro do sistema financeiro internacional, principalmente porque facilitam a administração dos riscos privados. Por não terem substitutos à altura, os títulos da dívida pública dos EUA acabam por cumprir um papel primordial para a determinação da eficiência e da estabilidade financeira do sistema internacional. Objetivamente, as principais características dos *Treasuries* e de seus mercados são: i) risco de crédito mínimo; ii) alta liquidez e amplo espectro de maturidades; e iii) infra-estrutura de mercado bem desenvolvida”, METRI, M. *O Poder Financeiro dos EUA no Padrão Monetário Dólar-Flexível*.

<sup>16</sup> GOWAN, P. (2004b), p. 474.

arena internacional. Mais especificamente, isso é feito por meio da subordinação do ambiente geopolítico e geoestratégico da Europa Ocidental à relação dos EUA com a URSS e, atualmente, com a Rússia. O mesmo sendo feito com o Japão com relação a URSS (Rússia) e a China. Além disso, os EUA exercem forte poder de influência sobre os acontecimentos na periferia imediata desses centros, sendo capaz de manipulá-los a favor ou contra os interesses deles. Outra fonte de influência sobre as políticas externas desses estados provém do controle exercido pelos EUA sobre as principais fontes de energia e de matérias-primas e sobre as principais rotas de transporte internacional. Ainda nesse sentido, foram capazes de criar uma cultura política em torno de valores comuns que tendem a favorecer os seus objetivos.<sup>17</sup>

Assim, diferentemente das potências hegemônicas anteriores, a partir desses dois mecanismos, os EUA têm a possibilidade de não apenas criar regimes internacionais, mas também impô-los aos demais estados centrais, colocando-se, ao mesmo tempo, na posição de gerenciador desses regimes e acima deles, ignorando suas próprias regras, modificando-as ou criando novos regimes conforme convenha aos seus interesses. Isso se dá tanto na área comercial quanto na monetário-financeira e produtiva.

### **3. Breve reavaliação da tese da “crise hegemônica americana”**

Arrighi subestima as capacidades, os recursos de poder da hegemonia norte-americana em comparação às demais, principalmente quando comparadas com as da hegemonia britânica, as quais tendem a ser superestimadas. Assumindo a concepção gramsciana acerca do conceito de hegemonia como envolvendo uma espécie de consentimento por parte dos subordinados, de consenso acerca do papel positivo desempenhado pelo *hegemon* na reorganização, reformulação, estabilidade e condução do sistema por um período de expansão material universal, é verdade que a hegemonia estadunidense entrou em crise na década de 1970. Crise esta que, segundo os defensores dessa posição, encontraria evidência ainda na perda de espaço relativo dos EUA na economia mundial e de seus déficits crônicos na balança comercial, além da perda de controle sobre o sistema monetário e financeiro internacional.

Entretanto, diante da possibilidade de ter a sua posição diferenciada no sistema internacional ameaçada, os EUA buscam reformular o modo de exercício de sua supremacia e, assim, recuperar o controle sobre os dois mecanismos básicos de *feedback* que pareciam ameaçados naquele momento, quais sejam, a supremacia do seu poderio político-militar e o controle sobre o sistema monetário e financeiro internacional. Para todos os fins práticos, esses objetivos foram plenamente alcançados

---

<sup>17</sup> GOWAN, P. (2004b), p. 474-476. V também JHONSON, C. (2004). *America's Empire of Bases*. [www.nationinstitute.org/tomdispatch](http://www.nationinstitute.org/tomdispatch), jan/2004

na década de 1980, com a recuperação do papel inquestionável do dólar como moeda internacional e da conquista da posição de única superpotência militar global com a derrota da URSS<sup>18</sup>.

Os EUA parecem ter percebido muito bem o modo de operação desse sistema e as conseqüências de um retraimento do poderio militar ainda que em tempos de paz, como o demonstra a perda de poder militar relativo da Grã-Bretanha diante de seus principais competidores, notadamente a Alemanha. Dessa maneira, o sistema constituído pelos norte-americanos no pós-II Guerra teve, desde o início, o objetivo de impedir que surgissem desafiantes de fato ao seu poder global. Conforme mostrado por Gowan, o sistema construído no pós-II Guerra Mundial foi moldado pelos americanos, desde o início, para operar como uma multipolaridade econômica que, por meio da unipolaridade militar e política de Washington no conflito estrutural contra os soviéticos, beneficiaria os EUA. Asseguraria ainda que o ressurgimento de uma ameaça ao poderio e à posição estadunidense fosse minimizado, pois apesar da recuperação econômica dos aliados e dos antigos adversários, a qual implicava o risco de reivindicação de um papel maior na determinação dos assuntos mundiais e na defesa de seus interesses com base num poderio militar reconstituído, estes ficariam sob a dependência dos EUA para a manutenção de sua segurança e para a definição dos rumos mais importantes de sua política externa. Agiram, nesse sentido, por exemplo, promovendo a reconstrução do Japão e da Alemanha, seus principais adversários naquele conflito, mas, concomitantemente, precavendo-se contra a possibilidade de que o crescimento do poderio econômico desses países pudesse se converter, novamente, em poderio político e militar, com pretensões hegemônicas, globais ou mesmo regionais. Essa unipolaridade, durante a Guerra Fria, operava, de fato, dentro do bloco capitalista, mas era relativamente contrabalançada em termos globais pelo poderio bélico da URSS. Com o esfacelamento desta, aquela unipolaridade, agora, abrange todo o globo, onde o poder militar dos EUA impera, pelo menos até o momento e dentro de um futuro previsível, sem a presença de desafiantes relevantes.

Em função dos imperativos estratégicos oriundos do conflito bipolar, Washington dispunha-se a fazer concessões de curto-prazo que beneficiavam seus aliados mais importantes, aparentemente contrariando seus próprios interesses imediatos, mas condizentes com os seus objetivos vitais e estratégicos de longo prazo. Com isso, a busca por seus interesses fundamentais revestia-se da aparência de defesa de um interesse geral ao compatibilizar seus objetivos de longo prazo com os de curto prazo dos demais aliados, além do objetivo comum de conter a URSS, a China e a expansão do socialismo como um todo, ou seja, um inimigo comum e claramente identificável. Aproximava-se, portanto, mais do que nunca, do conceito de hegemonia.

---

<sup>18</sup> Ver a esse respeito, por exemplo, TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.) (1997); FIORI, J. L. (Org.) (2004); FIORI, J. L., MEDEIROS, C. & SERRANO, F. (2008); HELLEINER, E. (1994); GOWAN, P. (1999); GOWAN, P. (2004a); GOWAN, P. (2004b).

Com a plena recuperação dos aliados e posteriormente com o fim do conflito bipolar, o espaço para concessões parece, se não encerrado, pelo menos, bastante reduzido, com os EUA colocando em primeiro plano na sua política externa a defesa e a consecução de seus interesses nacionais imediatos. Nesse sentido, a reformulação que lutam para empreender no sistema indica uma configuração que mais se aproxima do que expusemos ao longo do trabalho, seguindo Gowan, como *Empire System*, no qual, ao contrário da hegemonia, onde se pode dizer que as forças predominantes no sistema são centrífugas, o sistema parece ser moldado para funcionar em benefício do Estado-Império, ou seja, de forma centrípeta. Para tanto, em termos gramscianos, valendo-se cada vez mais de instrumentos de dominação, uma vez que, o maior diferencial de poder que guarda em relação a seus competidores, aliados e adversários reside no campo do uso da força, no campo militar. Isso, contudo, não significa que não se mantenham, e não tenham buscado se manter, na liderança em outros campos, como o produtivo, comercial e financeiro<sup>19</sup>. Significa apenas que comparativamente o diferencial naquela área é muito superior do que nas demais. Valem-se, portanto, dos seus dois mecanismos de *feedback* para tentar empreender modificações nas relações sociais internas de estados juridicamente soberanos, inclusive, e principalmente, do núcleo do sistema, de modo a tornar possível que, por meio da mobilização dos seus recursos financeiros, possam ganhar controle sobre os setores estratégicos para a manutenção da sua supremacia. Não obstante, o êxito nessa empreitada, apesar de ter avançado bastante na Grã-Bretanha, está longe de ser garantido.

Ademais, parece que o cerne da estratégia econômica americana não era centrado na conquista de espaços na economia internacional através do comércio exterior, mas sim do controle de espaços internos, principalmente, das economias centrais da Europa Ocidental por meio da sua abertura ao investimento externo direto (IED) das transnacionais americanas e, após os anos 1970, a esse movimento de transnacionalização produtiva ganha força o da transnacionalização financeira com a abertura de espaços por meio da desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros

---

<sup>19</sup> Deve-se observar que, apesar do unilateralismo político e militar, exacerbado no governo de George W. Bush, ser o aspecto mais evidente do comportamento da política externa estadunidense no pós-Guerra Fria, ele se manifesta também em outros campos como, por exemplo, o das negociações comerciais. Antes mesmo desse período, ainda no governo Reagan, já se observava uma inflexão na estratégia de negociação comercial dos EUA, transitando da ênfase na busca de acordos multilaterais para a busca cada vez mais agressiva de acordos bilaterais, onde o seu poder de barganha era grandemente fortalecido e sua capacidade de ação liberta das amarras estabelecidas para as negociações em âmbito multilateral. Observe-se que mesmo em iniciativas consideradas multilaterais, como a Área de Livre Comércio das Américas, cuja semente foi lançada ainda no governo de George Bush no âmbito da Iniciativa para as Américas e levada adiante pela administração Clinton, a estratégia de negociação dos EUA era a de costurar acordos bilaterais com os países mais frágeis e favoráveis a tal tipo de acordo, de modo a enfraquecer o poder de barganha dos países maiores e mais reticentes em aceitar os termos colocados pelos EUA no âmbito mais amplo da ALCA. Algo semelhante observa-se no caso da OMC, já sob Clinton, mas principalmente com seu sucessor. A ênfase na busca de acordos bilaterais por parte deste em detrimento do multilateralismo já fazia parte de uma concepção mais ampla acerca da nova ordem internacional por parte do novo governo, a qual concebia nela um papel secundário para as organizações multilaterais. V.: BASTOS, P. P. Z. (2004), SHADLEN, K. C. (2005).

e de capitais. O casamento desses dois movimentos reorienta o IED das aplicações do tipo *greenfield* para as do tipo fusões e aquisições.<sup>20</sup>

Assim, as estratégias de retomada da hegemonia estadunidense no campo geopolítico e geoeconômico são estreitamente entrelaçadas. O poderio político-militar dos EUA, em conjunto com o seu controle sobre o sistema monetário-financeiro, permitiram-lhes reformular este sistema conforme os seus interesses, canalizando para si os fluxos internacionais de capital, sincronizando em torno de si as políticas macroeconômicas e configurando uma nova aliança entre o poder do estado e o capital. Com isso, ao mesmo tempo, assegurava o acesso ao financiamento necessário para a implementação da estratégia de modernização produtiva e militar, de enfrentamento com a URSS e de reenquadramento dos demais aliados no centro. Dessa maneira, portanto, os EUA foram capazes tanto de “reenquadrar” a periferia (como o mostram, por exemplo, os bombardeios na Líbia, a invasão de Granada e do Panamá) quanto, mais importante, colocando a URSS sob pressão, de derrotá-la no final da década, bem como de ampliar o seu poderio político-militar sobre a Europa e a Ásia.<sup>21</sup> A declaração de François Mitterrand, no Reichstag em 1982, defendendo, juntamente com Helmut Kohl, a colocação dos mísseis de médio alcance no continente europeu, ilustra a dependência com relação aos EUA para a preservação da sua segurança e, como reflexo disso, a posição de alinhamento da Europa Ocidental: “Qualquer pessoa apostando em desacoplar o continente europeu do americano estaria, em nossa opinião, colocando em risco o equilíbrio de forças e, conseqüentemente, a manutenção da paz”<sup>22</sup>. Dessa maneira, ao contrário do que pensa Arrighi, tanto o controle das armas permanece no mesmo lugar, como também o controle da liquidez internacional.

#### **4. As Mudanças na Estratégia Global dos EUA no Pós-Guerra Fria: do *Defense Planning Guidance* à Doutrina Bush**

Conforme foi discutido acima, durante o período da Guerra Fria, os EUA estruturaram a sua hegemonia mundial, impuseram a ordem e a hierarquia no sistema ao mesmo tempo em que puderam constituir e fazer uso de mecanismos de *feedback* com base no “conflito estruturante” com a URSS e o bloco socialista. O relacionamento com os parceiros e os adversários se dava tendo essa disputa como pano de fundo e como elemento organizador das relações entre os EUA e os demais países. Sobre esta base, os EUA eram capazes de moldar o ambiente geopolítico dos aliados, limitando sua capacidade de ação autônoma em termos de iniciativas de política externa. O fim da

---

<sup>20</sup> GOWAN, P. (2004a).

<sup>21</sup> TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.) (1997); FIORI, J. L. (Org.) (2004); FIORI, J. L., MEDEIROS, C. & SERRANO, F. (2008); HELLEINER, E. (1994).

<sup>22</sup> Citado em MAGNOLI, D. (2004), p. 151.

Guerra Fria, com a implosão do bloco soviético, muda radicalmente os parâmetros dessa equação, obrigando os EUA a redefinirem a sua estratégia global.

Assim, o ponto central para a redefinição da estratégia estadunidense no pós-Guerra Fria passa a ser o seguinte: uma vez encerrado o conflito bipolar com a URSS, com a sua derrota e esfacelamento desaparece o inimigo funcional, o eixo estruturante sobre o qual os EUA ergueram toda arquitetura do sistema político e econômico internacional no pós-II Guerra, colocando-se, então, não apenas a questão acerca de como assegurar a reprodução do sistema perante os antigos aliados, mas também, e, talvez, principalmente, como nele inserir tanto as vastas áreas tornadas independentes com a implosão do bloco socialista e da URSS, quanto a Rússia e a China. Mas, contra quem seria orientada uma aliança liderada pelos EUA que incluísse a Rússia e a China? Qual deveria ser o novo *status* desses países? Sobre qual eixo, qual conflito estruturante, assegurar a ordem e a hierarquia do sistema, agora que o conflito com o arqui-rival chegava ao fim? Como manter a solidariedade e a subordinação dos aliados? Como justificar e legitimar a manutenção e a expansão da sua posição diferenciada no sistema internacional e de tamanho diferencial de poderio bélico quando o grande inimigo a combater jazia derrotado? Ou, de forma resumida, nos termos colocados por Condoleezza Rice, “os Estados Unidos encontravam extremas dificuldades para definir os seus ‘interesses nacionais’ diante da ausência do poderio soviético”<sup>23</sup>.

Terminada a Guerra Fria, os estrategistas americanos debruçaram-se sobre essas questões, traçando no *Defense Planning Guidance*, de 1992, os objetivos estratégicos a serem perseguidos pelos EUA na ordem mundial pós-Guerra Fria. Ali ficava clara a necessidade de manter e ampliar o diferencial do seu poderio político-militar e de assegurar a sua posição no controle das tecnologias militares de ponta, de modo a dissuadir qualquer potência ou aspirante a potência, isoladamente ou em aliança com outras, de buscar constituir um poderio que rivalizasse ou questionasse o poder global dos EUA ou mesmo a sua posição de liderança e os seus interesses nos vários tabuleiros regionais. Da mesma forma, era necessário que se mostrassem capazes de e dispostos a agir sempre que necessário para assegurar a ordem que buscavam estabelecer e para defender os seus interesses e os interesses gerais, e considerados legítimos conforme o seu julgamento e conveniência, dos seus aliados, dissuadindo-os de buscá-los por seus próprios meios. Isso implica o controle sobre as fontes e linhas de abastecimento de matérias-primas, sobretudo hidrocarbonetos, e a garantia do cumprimento das leis e da ordem internacionais por parte dos países da periferia do sistema. Dessa forma, era considerado fundamental manter o sistema de alianças militares sob controle dos EUA, evitando o surgimento de arranjos regionais de segurança que os excluíssem.

Esse aspecto ganha especial importância no que diz respeito a OTAN e a possibilidade de construção de arranjos de segurança exclusivamente europeus, mas também em relação ao Japão.

<sup>23</sup>

Citado em GUIMARÃES, C. (2002).



Portanto, continuava sendo de suma importância a existência de elementos de instabilidade e de potenciais ameaças que legitimassem a necessidade da permanência da dependência dos europeus e japoneses da proteção estadunidense. Dessa maneira, para manter a capacidade de moldar o ambiente geopolítico e geoestratégico europeu e japonês para garantir a influência sobre as opções e as decisões de política externa e de segurança desses países, as relações dos EUA com a Rússia, com a China e os seus respectivos entornos, bem como com as periferias da Europa Ocidental e do Japão, e o controle estadunidense das fontes e linhas de abastecimento de matérias-primas e hidrocarbonetos continuavam sendo fundamentais. Mas ao mesmo tempo em que os russos devem ser mantidos como adversários e como uma ameaça potencial, devem ser mantidos sob controle, relativamente enfraquecidos e isolados. Nesse sentido, duas linhas de ação ganhavam importância, por um lado, evitar uma aproximação da Rússia com os europeus, sobretudo com a Alemanha, transferindo os países europeus do antigo bloco socialista, e mesmo os da ex-URSS, da órbita de influência russa para a estadunidense, promovendo o seu ingresso nas instituições ocidentais, principalmente na OTAN e na União Européia. Por outro, ratificar a posição americana como potência hegemônica regional externa no Oriente Médio e avançar a sua posição sobre a Ásia Central e o seu potencial em termos de reservas de hidrocarbonetos. Esse último ponto se reveste de relevância ainda maior em função do crescimento econômico e do poderio da China e da Índia, de modo que o controle sobre essa região é fundamental não apenas para moldar as relações com russos, europeus e japoneses, mas também com chineses e indianos, bem como para manter separadas a Rússia e a China. Assim, tanto a Rússia quanto a China foram colocados na categoria de competidores estratégicos. As antigas alianças construídas pelos americanos na Guerra Fria parecem voltar-se agora não mais para a contenção de um bloco mais ou menos coeso em torno de uma ideologia comum, mas para estados capazes de futuramente questionarem a ordem mundial sob a supremacia dos EUA.

Esses objetivos estratégicos traçados no governo de George Bush, bem como o problema da legitimação das ações pertinentes para atingi-los, nortearão, e perseguirão, a política externa estadunidense não apenas no governo de George W. Bush, mas também no de Bill Clinton. A diferença entre os dois últimos reside menos em uma mudança radical do que na exacerbação de uma tendência que apontava para uma postura crescentemente unilateral, agressiva e militarista. Os elementos de continuidade na estratégia global que orienta política externa americana e sua implementação superam os de ruptura. Isso resulta, em parte, da própria estrutura do sistema político estadunidense e dos valores subjacentes àquela sociedade derivados do seu processo de formação, os quais, segundo Gowan, principalmente após as transformações ocorridas na década de 1970, levam a um consenso entre a elite dirigente do país acerca do comprometimento com a orientação da sua estratégia global para a manutenção e fortalecimento da primazia.

Entretanto, Clinton buscou responder à questão da legitimidade das ações e das intervenções pertinentes a esses objetivos estratégicos sob o verniz do discurso politicamente correto e da união em torno da defesa de valores éticos e de interesses universais, como a defesa da democracia, do livre mercado, dos direitos humanos, do meio ambiente, da luta contra o terrorismo e o tráfico de drogas etc. Os novos inimigos, portanto, são os estados que se opõe ou que constituem uma ameaça a essa nova ordem almejada de paz, de democracia, de mercados livres e globalizados, classificados como *rogue states*.

Todavia, a incompatibilidade e a vulnerabilidade da tentativa de legitimar as ações necessárias para fazer avançar os interesses e os objetivos condizentes com um projeto imperial através de um discurso centrado em valores éticos e universais se torna evidente, e a contradição entre atos e palavras se transforma em base de contestação da própria potência que se coloca como o seu defensor, dificultando o avanço sobre as metas consideradas essenciais e tornando possível até mesmo que outros atores se coloquem com mais legitimidade na defesa desses pontos, como, por exemplo, os europeus ocidentais. Apesar de obterem consideráveis conquistas em termos econômicos como a consolidação do padrão monetário dólar-flexível, o avanço da globalização financeira e produtiva através da continuidade da desregulamentação e liberalização dos mercados, principalmente na periferia, a sustentação de um longo ciclo de crescimento interno, entre outros, em termos dos objetivos político-militares, como foi discutido, o progresso parecia se mostrar mais lento e os acontecimentos pareciam caminhar de forma desfavorável aos interesses americanos. Isso ocorria principalmente onde o sucesso era mais importante, ou seja, no Oriente Médio, com a crescente instabilidade interna na Arábia Saudita, e na Ásia Central, com o fortalecimento das posições russas e chinesas e o fracasso das tentativas indiretas estadunidenses de obter influência na região.

Diante disso, com a chegada da equipe de George W. Bush ao poder, composta por muitos dos integrantes do governo de seu pai, alguns dos quais participaram diretamente da elaboração do DPG, os interesses nacionais estadunidenses são colocados no primeiro plano no discurso das autoridades e desprovidos do verniz “politicamente correto” do governo anterior. As relações de força e o diferencial do poderio político-militar estadunidense, bem como a sua manutenção, se já utilizados pelo governo democrata como instrumento para defender os seus interesses e manter a sua posição diferenciada no cenário internacional, são agora elevados ao lugar principal. Não se trata mais de manter esse diferencial e utilizá-lo como um dos instrumentos nas relações de poder e na resolução das questões internacionais. Mas de ampliá-lo e torná-lo insuperável, buscando assegurar, inclusive, a invulnerabilidade do território americano, das bases no exterior, dos aliados, e até mesmo das tropas no campo de combate, a ataques com mísseis, principalmente com ogivas não convencionais, através da implementação do projeto de escudo anti-mísseis, com isso tornando

esse instrumento como base indispensável para uma ação mais direta e incisiva dos EUA naqueles tabuleiros onde residem os seus interesses mais fundamentais, no Oriente Médio e na Ásia Central. Ao mesmo tempo, isso significa buscar o objetivo de ampliar enormemente o grau de liberdade de ação militar estadunidense, ao livrá-lo do risco de ameaças de represálias não-convencionais quando atacarem o território de terceiros. Trata-se de constituir uma força defensiva e ofensiva, com rápida capacidade de projeção global de poder e elevada capacidade de destruição, capaz de enfrentar e destruir qualquer ameaça real ou potencial a sua posição de única potência global e impedir o surgimento de potências regionais, através, inclusive, de ataques preventivos, que questionem e/ou busquem rivalizar a posição hegemônica dos EUA na região.

A legitimidade para busca desses objetivos será fornecida pelos atentados de 11 de setembro e a conseqüente eleição do “terror”, associado aos *rogue states* e aos estados detentores de armas de destruição em massa, como inimigo a ser perseguido e combatido e contra o qual se justificaria a constituição de todo esse arsenal, as ações militares necessárias e os gastos militares dele decorrentes. Dessa forma, os EUA alcançam objetivos impensáveis no período da Guerra Fria e que avançavam de forma bastante lenta no governo anterior, ou seja, transferem para a sua órbita, com a inclusão na OTAN e de alguns na UE, não apenas os países da Europa Oriental que faziam parte do bloco socialista, mas também países que pertenciam à própria URSS e faziam parte da área de influência histórica da Rússia, além de penetrarem efetivamente na Ásia Central, com a instalação de bases e a implementação de acordos militares.

Não obstante, o impasse norte-americano no Iraque e no Afeganistão, evidencia as bases precárias em que se assentam as recentes conquistas de posição estadunidenses e o longo caminho para consolidá-las. Pior ainda, para os interesses estadunidenses, é o fato de que essa situação de impasse deteriorou-se ainda mais, revelando-se como um efeito-dominó inverso ao aparentemente pretendido pelo governo de George W. Bush. Ou seja, ao invés do sucesso inicial através das posições conquistadas com bastante facilidade no Afeganistão e, em seguida, no Iraque servirem como bases estáveis para um acúmulo de forças orientado para passos mais ousados, como a mudança de regime no Irã, o que se observou foi uma instabilidade crônica no Iraque e a reorganização e gradual recuperação das forças Talebans no Afeganistão. Os atoleiros que esses dois tabuleiros se revelaram para as forças anglo-saxônicas e aliadas (comprometendo uma quantidade de homens e recursos maior que o esperado e levando a capacidade operacional usual de suas forças armadas ao limite do *stress*, reduzindo sua mobilidade e liberdade de ação e configurando uma imagem de impotência para impor os seus interesses por meios militares em partes cruciais do globo), a configuração de forças favorável aos xiitas que se desenhou com o desenrolar dos acontecimentos no Iraque, bem como a própria destruição do principal inimigo regional iraniano, somados a sensação de cerco e de ameaça iminente de um ataque militar anglo-

saxão e/ou israelense contribuíram para o fortalecimento do Irã e do seu atual governo conservador e para sua decisão de acelerar o seu programa nuclear. O que pode contribuir para uma instabilização ainda maior de toda a região em função da possibilidade de deflagração de uma corrida nuclear regional, com suas conseqüências para o arranjo global de controle de proliferação de armas nucleares.

Ampliando um pouco o campo de visão, observa-se um outro efeito reverso da ação estadunidense na região com o agravamento da instabilidade interna em seus aliados nas bordas oriental e ocidental do conjunto formado pela Ásia Central e pelo Oriente Médio, ou seja, no Paquistão e na Arábia Saudita, sendo que justamente a preocupação com a situação interna desta, e, conseqüentemente, com o possível comprometimento da confiança na sua condição de aliada dos EUA, foi um dos fatores motivadores para a ação no Iraque.

Da mesma forma, a estratégia de utilizar o pretexto de difusão da democracia no Grande Oriente Médio como uma das justificativas para a sua ação na região e para trocar governos favoráveis à Rússia, hostis ao ocidente ou mesmo independentes por outros pró-EUA, apostando no efeito contágio das “revoluções coloridas”, revelou-se, em parte por sua incoerência, e em parte pela falácia do próprio argumento, duplamente contraproducente: por um lado, levou à reversão total ou parcial de algumas alianças e acordos efetivados com governos regionais autoritários, mas estratégicos para os interesses estadunidenses, levando, em alguns casos, a uma aproximação, ou reaproximação, desses governos com a Rússia e/ou com a China; por outro, em função das alianças efetivadas por Washington com esses mesmos governos autoritários (fortalecendo sua posição em relação aos grupos contestatórios), da orientação da guerra ao terror voltar-se fundamentalmente contra os grupos islâmicos (os quais eram as principais forças contestatórias ao controle de Moscou no período soviético e aos atuais grupos dirigentes), e, conseqüentemente, da associação, por parte desses grupos contestatórios, das tiranias governantes com os EUA, substituindo a relação de dependência e subserviência destas tiranias em relação a Moscou por Washington, e, portanto, colocando este no lugar daquele na condição de principal inimigo.

O referido impasse mostra também os limites não apenas da revolução nos assuntos militares proposta e implementada por Rumsfeld, mas, de uma forma mais ampla, de uma maneira de fazer a guerra inaugurada com a Guerra do Golfo I, reforçada pela rejeição ao comprometimento de tropas terrestres norte-americanas em função dos problemas ocorridos na intervenção militar na Somália, em 1993, e consagrada com o sucesso das operações no Kosovo, em 1999, e das operações iniciais no Afeganistão e no Iraque. Esse histórico serviu para consolidar a idéia de que os EUA poderiam travar e vencer guerras virtualmente sem perdas humanas e em um curto período de tempo, reforçando, ao mesmo tempo, o histórico comprometimento do *establishment* norte-americano com a estratégia do armamento tecnologicamente superior. Apesar de sua enorme

capacidade punitiva, de seu imenso poder de destruição e de sua capacidade de derrubar regimes hostis, a superioridade do poderio aéreo e naval comparativamente ao terrestre é mitigada por uma análise mais acurada dos conflitos citados e, sobretudo, pelo impasse atual, ao se constatar que a pacificação e estabilização dos territórios sob ataque dependem da ocupação desses territórios, o que, por sua vez, somente poder ser feito por um grande contingente de tropas terrestres e não a partir de elevadas altitudes ou de navios a grandes distâncias. E isso depende da disposição do país agressor em comprometer tropas para tal objetivo, arcando com as despesas em recursos e em vidas.

Entretanto, o diferencial de poder político, econômico-financeiro e militar em relação aos demais potenciais competidores na arena internacional ainda assegura que os EUA se mantenham como a única superpotência mundial no futuro previsível, dispondo dos instrumentos necessários para, reorientando a sua estratégia de ação, reverter um quadro aparentemente desfavorável, como, aliás, já o fizeram anteriormente.

Todavia, esse poderio exclusivo deve passar a ser crescentemente questionado. Um tanto menos por uma União Européia interessada em reivindicar um lugar maior na decisão acerca das grandes questões mundiais e uma maior autonomia nos assuntos relativos à sua segurança<sup>24</sup>; um tanto mais por uma Rússia em recuperação do seu poderio econômico, político e militar e desejosa de reaver o seu lugar como potência global; e, principalmente, pela China, com seu poder centralizado, um crescimento econômico vigoroso que já dura décadas e, mais importante, sem a presença de bases militares americanas em seu território e com um projeto explícito de disputar a hegemonia regional no leste asiático, mas, por enquanto, sem pretensões de disputar o poder global com os americanos, o que, no entanto, talvez seja inevitável à medida que cresça a sua presença mundial e a sua necessidade de recursos.

Um outro problema emerge da eleição do terror como inimigo. A sua utilização como fator de legitimidade possui uma validade proporcional à da distância no tempo em relação ao trauma. À medida que dele se afasta, reduz-se a sensação de insegurança e, conseqüentemente, a justificativa para a necessidade de proteção. Dessa forma, seguindo essa estratégia de legitimidade, a ameaça precisaria ser constantemente recriada para que o trauma, a vulnerabilidade e a necessidade de proteção e de expansão do poder para fornecê-la estivessem sempre presentes.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Cenário que parece cada vez mais incerto e longínquo à medida que a própria integridade da União Europeia é colocada em xeque pela profundidade e amplitude da crise econômica na qual se encontram mergulhados desde 2008 e para a qual não há perspectiva de resolução no curto e médio prazo, evidenciando a rigidez e a lentidão impostas pela fragmentação dos seus mecanismos de decisão e, mais importante, pelos conflitos de interesses resultante do antagonismo entre os projetos de poder de suas grandes potências.

<sup>25</sup> Ou, conforme colocado de forma irônica pela *The Economist*, “one irony of the ‘war on terror’ is that Mr. Bush’s hyperventilation worked against him in terms of getting boots on the ground: neither his own countrymen nor his allies were sure enough that they were really under threat. (And why should they be? An American-led West spend four decades tussling with a nuclear-armed empire that stretched from Berlin to Vladivostok; al-Qaeda is still small beer)”, Still N. 1, in: *The Economist*, June 30th 2007, p. 11-12.

## Conclusão

A Guerra Fria acabou, mas não houve nenhum acordo formal de paz, nenhum tratado definindo os vencedores e os derrotados, as perdas e os ganhos, as indenizações e as reparações de guerra, as redistribuições territoriais, a reconstrução dos perdedores e o novo status de sua re-inserção no sistema ou a definição das novas regras do jogo. Essas questões foram sendo respondidas, no período que se segue, pelo arbítrio e conforme as conveniências estratégicas da única superpotência restante, a indiscutível vitoriosa do conflito. Considerando o debate acerca da geometria da ordem mundial pós-Guerra Fria entre os defensores da existência de uma multipolaridade, de uma unipolaridade ou, ainda, de uma espécie de ordem híbrida uni-multipolar, Camilo Alves coloca sua posição de forma bastante clara: “a superpotência solitária exerceu, nos 15 anos seguintes, sua função mundial de acordo com o atestado. As diferenças de atitude e política entre governos não devem esconder o caráter unipolar do sistema internacional, e a existência de uma única superpotência militar”<sup>26</sup>.

Entretanto, além do seu diferencial de poder político, econômico-financeiro e militar em relação aos demais, a legitimidade da posição hegemônica é derivada de uma *ameaça crível* que justifique a aceitação da sua proteção em troca de lealdade, obediência e privilégios. Em linha com o argumento apresentado por Fiori em *Formação, Expansão e Limites do Poder Global*, a hegemonia precisa do que pode ser denominado como uma *ameaça estabilizadora*. A expansão do poder somente se justifica a partir da instabilidade. A qual, portanto, tem que ser constantemente recriada pela potência hegemônica, uma vez que dela se alimenta para se expandir e para trazer os demais à “ordem”, à sua “ordem”. Ordem que ela mesma se incumba de destruir, sempre que necessário e possível, para criar uma nova, mais adequada às realidades cambiáveis do ambiente internacional e/ou das suas novas necessidades de expansão e de segurança. Entretanto, esse jogo de destruição e recriação, ainda que inevitável, não deixa de ter seus riscos e a instabilidade gerada pela potência hegemônica pode atingir um ponto além de sua capacidade de gerenciá-la. E esse é o momento das grandes crises e mudanças sistêmicas, cujos desfechos são difíceis de prever.

O poder americano, por mais assustadora que seja a diferença de sua magnitude em relação aos demais e a sua capacidade de destruição, parece, em conflitos como os do Iraque e do Afeganistão e, mesmo antes, no Vietnã, encontrar seus limites para fazer com que estados fracos, mas resistentes aos desígnios de Washington, se dobrem a sua vontade. São nesses momentos cruciais, em que o grande diferencial de poder da potência dominante se mostra incapaz de fazer valer a sua vontade, de impor a sua ordem, aparentando uma fraqueza relativa, que, em função

---

<sup>26</sup>

ALVES, C. (2007), p. 6.

disso, desse poder aparentemente fragilizado, pode ocorrer alguma bifurcação entre o controle das armas e do dinheiro, mas apenas no sentido discutido acima<sup>27</sup>.

Dessa forma, é provável que o apoio do capital cosmopolita/transnacional ao Estado norte-americano possa se arrefecer, mas somente quando este der sinais inequívocos de que não reina mais sozinho. Ou, que seu poder não é suficiente para impor a sua ordem ao mundo, ou pelo menos, em regiões cruciais dele. Ou seja, uma ameaça econômica aos EUA provém da retirada do apoio do capital transnacional aos Estados Unidos à medida que este sofra sérios reveses militares ou que se mostre incapaz, por não conseguir justificar legitimamente essa expansão, de continuar a expandir seu poder e/ou defender os seus próprios interesses vitais, bem como dos estados aliados e de suas elites capitalistas transnacionalizadas.

### Referências Bibliográficas

- A National Security Strategy of Engagement and Enlargement. Casa Branca, Fevereiro de 1996, <http://www.faz.org/ssp/military/docops/national/1996stra.htm>.
- ACHCAR, Gilbert (2001). O jogo triangular das potências. In: *Le Monde Diplomatique*, Dezembro de 2001, <http://diplo.uol.com.br/2001-12,a147>.
- ACHCAR, Gilber (2003). A Europa a serviço da Otan. In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2003, <http://diplo.uol.com.br/2003-01,a522>.
- ALVES, Vágner Camilo (2007). *O poder militar norte-americano e o panorama estratégico pós-Guerra Fria*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: “O Brasil e o mundo que vem aí”, Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios, Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.
- ARRIGHI, Giovanni (1995). *The rise of East Asia and the withering away of the Interstate System*. Prepared for the Session on Global Praxis and the Future of the World-System. 90th Annual Meeting of the American Sociological Association, Washington, DC, August 19-23, 1995.
- \_\_\_\_\_ (1996). *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ.
- \_\_\_\_\_ & SILVER, Beverly J. (2001). *Caos e Governabilidade no sistema-mundo moderno*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ.
- \_\_\_\_\_ (2003). Rough road to Empire. Versão revisada de paper apresentado na Conferência *The Triad as Rivals? U.S., Europe, and Japan*, Georgetown University, Washington, D.C., 25-26 de abril de 2003, <http://www.nu.ac.za/CCS/files/Arrighi%20PEWS%202003%20revised%201.pdf>.
- \_\_\_\_\_ (2004). Spatial and other fixes of historical capitalism. In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, 527-539.
- BACHKATOV, Nina (2001). A aposta política de Putin. In: *Le Monde Diplomatique*, Novembro de 2001, <http://diplo.uol.com.br/2001-11,a101>.
- BASTOS, Carlos Pinkusfeld (2005). *O Keynesianismo-Conservador americano: Perspectivas na entrada do Século XXI*. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica. Valença – Rio de Janeiro.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (2004). A política comercial estadunidense: a estratégia de liberalização competitiva, os acordos bilaterais e a ALCA. In: *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 1 – abr./jun. 2004, pp. 34-42, [http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim\\_ceri/boletim/boletim1/06-pedropaulo.pdf](http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim1/06-pedropaulo.pdf).

<sup>27</sup>

V. item 1 neste artigo.

- BLIX, Hans (2005). Questões sobre a Guerra do Iraque: o uso de força, armas de destruição em massa e as Nações Unidas. In: *Política Externa*, vol. 14, n. 3, dez/jan/fev 2005/2006, p. 85-95.
- BOSWELL, Terry (2004). American World Empire or declining hegemony. In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, 516-524;
- BRAUDEL, Fernand (1987). *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- \_\_\_\_\_. (1996) [1979]. *Civilização material, economia e capitalismo (sécs. XV-XVIII): Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1996) [1986]. *Civilização material, economia e capitalismo (sécs. XV-XVIII): O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes.
- CABRAL, Ricardo Pereira (2004). Estratégia (antecedentes teóricos). In: *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*.
- \_\_\_\_\_. (2004). Geopolítica. In: *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*.
- CHAUVIER, Jean-Marie (2005). O que está em jogo no xadrez ucraniano. In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2005, <http://diplo.uol.com.br/2005-01,a1049>.
- \_\_\_\_\_. (2007). A Rússia busca seu lugar no mundo. In: *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 2007, <http://diplo.uol.com.br/2007-02,a1510>.
- CHETERIAN, Vicken (2003). A base dos EUA na Ásia Central. In: *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 2003, <http://diplo.uol.com.br/2003-02,a552>.
- \_\_\_\_\_. (2005). A briga dos grandes. In: *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 2005, <http://diplo.uol.com.br/2005-02,a1057>.
- CHIBBER, Vivek (2004). The Return of Imperialism to Social Science. In: *The European Journal of Sociology*, 45, December 2004, p. 427-441.
- DEMANT, Peter (2005). A ação norte-americana e a complexidade do Oriente Médio. In: *Política Externa*, vol. 13, n. 4, mar/abr/mai 2005, p. 35-55.
- DERRIDA, Jacques (2003). A razão do mais forte. In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2003, <http://diplo.uol.com.br/2003-01,a527>.
- EXCERPTS from Pentagon's Plan: "Prevent the Re-Emergence of a New Rival", *The New York Times*, 8 de março de 1992. Excerpts from the Pentagon's Feb. 18 draft of the Defense Planning Guidance for the Fiscal Years 1994-1999, <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CE1D7173AF93BA35750C0A964958260>.
- FIORI, José Luís (org.) (1999). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- \_\_\_\_\_. (org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2004), "Formação, expansão e limites do poder global". In FIORI, José Luís (org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2007). O poder global. São Paulo: Boitempo Editorial.
- FONSECA, Carlos da (2005). Avaliação do primeiro mandato de George W. Bush e perspectivas para o segundo. In: *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 5 – abr./jun. 2005, pp. 42-51.
- FUSER, Igor (2003). Os verdadeiros motivos da guerra. In: *Revista Teoria e Debate*, n. 53, março/abril/maio de 2003, <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/makepdf.php?storyid=1871>.
- GENTÉ, Régis & ROUY, Laurent (2005). Na sombra das "revoluções espontâneas". In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2005, <http://diplo.uol.com.br/2005-01,a1050>.
- GENTÉ, Régis (2007). A grande disputa pela Ásia Central. In: *Le Monde Diplomatique*, Julho de 2007, <http://diplo.uol.com.br/2007-07,a1606>.
- GILPIN (1987). *The Political Economy of International Relations*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- GODDARD, C. Roe; CRONIN, Patrick & DASH, Kishore C. (orgs.) (1996). *International Political Economy: State-Market Relations in a Changing Global Order*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.



- GOLUB, Phillip S. (2003). Da guerra fria à guerra preventiva. In: *Le Monde Diplomatique*, Março de 2003, <http://diplo.uol.com.br/2003-03,a587>.
- GORCE, Paul-Marie de la (2002a). A nova Doutrina Militar Americana. In: *Le Monde Diplomatique*, Março de 2002, <http://diplo.uol.com.br/2002-03,a242>
- \_\_\_\_\_ (2002b). Guerra preventiva: estratégia perigosa. In: *Le Monde Diplomatique*, Setembro de 2002, <http://diplo.uol.com.br/2002-09,a439>.
- GOWAN, Peter (1999). *The global gamble: Washington's Faustian bid for world dominance*. London: Verso.
- \_\_\_\_\_ (2001). Explaining the American Boom: The Roles of Globalisation and US Global Power. In: *New Political Economy*, Vol. 6, No. 3, 2001
- \_\_\_\_\_ (2004a). Triumphant toward International Disaster: The Impasse in American Grand Strategy. In: *Critical Asian Studies*, Vol. 36, No. 1, March 2004
- \_\_\_\_\_ (2004b). Contemporary Intra-core Relations and World Systems Theory. In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, p. 471-500.
- \_\_\_\_\_. Economics and Politics within the Capitalist Core and the Debate on the New Imperialism. [NB: This paper is 'work in progress': still at a preliminary stage]
- GULLICK, John (2004). A critical appraisal of Peter Gowan's "Contemporary Intra-core Relations and World Systems Theory": a capitalist World-Empire or US-East Asian geo-economic integration? In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, p. 502-515.
- GUIMARÃES, César (2002). A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. In: *Estudos Avançados*, vol. 16, n. 46, São Paulo, set/dez. 2002, [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142002000300005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142002000300005&script=sci_arttext).
- HELLEINER, Eric. (1994). From Bretton Woods to Global Finance: A World Turned Upside Down. In: STUBBS, Richard & UNDERHILL, Geoffrey R. D. (1994). *Global Restructuring: Making Sense of the Changing International Political Economy*. Londres: Macmillan Press.
- ILSEMAN, Siegesmund von; KLUSSMANN, Uwe; MASCOLO, Georg & NEEF, Christian (2007). Uma nova corrida armamentista entre Estados Unidos e Rússia? In: *Der Spiegel*, 20 de fevereiro de 2007.
- JHONSON, Chalmers. America's Empire of Bases. [www.nationinstitute.org/tomdispatch](http://www.nationinstitute.org/tomdispatch), jan/2004
- KENNEDY, Paul (1989). *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus.
- KEOHANE, Robert O. (org.) (1986). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press.
- KLARE, Michael T. (2001). America's Military Revolution. In: *Le Monde Diplomatique*, Julho de 2001, <http://mondediplo.com/2001/07/04america2>.
- \_\_\_\_\_ (2002). As prioridades estratégicas dos EUA. In: *Le Monde Diplomatique*, novembro de 2002, <http://diplo.uol.com.br/2002-11,a486>.
- \_\_\_\_\_. The Clinton Doctrine. In: *The Nation*, <http://www.thenation.com/doc/19990419/klare>.
- KUGELMAS, Eduardo (2004). "A 'Doutrina Bush': da contenção à preempção". In: Velasco e Cruz, Sebastião Carlos (org.). *Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004, pp. 215-220 (Cadernos do IFCH, nº 30)
- MAGNOLI, Demétrio (2004). *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Editora Saraiva.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de (2004). O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um Empreendimento Militar. In: FIORI, J. L. (Org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.
- METRI, Maurício M. *O Poder Financeiro dos EUA no Padrão Monetário Dólar-Flexível*. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Hierarquia e competição entre estados nacionais no atual sistema monetário internacional*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro.
- NATIONAL MILITARY STRATEGY of the United States of America: a strategy of flexible and selective engagement, Joint Chiefs of Staff, Washington-DC, 1995.

- NATIONAL SECURITY STRATEGY (2002), [www.whitehouse.gov/NSC](http://www.whitehouse.gov/NSC)
- PATRIOTA, Antônio de Aguiar (2007). *Os EUA no mundo: percepções*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: “O Brasil e o mundo que vem aí”, Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios, Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu (2007). *A Era George W. Bush (2001/2007): Os EUA e o Sistema Internacional*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: “O Brasil e o mundo que vem aí”, Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios, Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.
- POLLIN, Robert (2000). Anatomy of Clintonomics. In: *New Left Review*, 3, may-jun, 2000.
- \_\_\_\_\_. (2002). Recession, Deficit Spending and U.S. Economic Prospects. In: *Political Economy Research Institute*, University of Massachusetts, Amherst, December, 2002.
- REIS, Daniel Aarão. *Rússia – Política e Estratégia*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: “O Brasil e o mundo que vem aí”, Seminários Preparatórios – Rússia.
- ROBINSON, Andy (2007). Superpotências do petróleo caro. In: *La Vanguardia*, 28 de dezembro de 2007, <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lavanguardia>.
- SANTOS, Fabiano (2007). *Descrevendo o Sistema Político Norte-Americano: atualidade e desafios*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: “O Brasil e o mundo que vem aí”, Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios, Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.
- SERRANO, Franklin (2002). Do ouro imóvel ao dólar flexível. In: *Economia e Sociedade*, v. 11, nº 2 (19), 2002, Campinas, IE/Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (2004). Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J. L. (Org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.
- SHADLEN, Kenneth C. Exchanging development for market access? Deep integration and industrial policy under multilateral and regional-bilateral trade agreements. In: *Review of International Political Economy*, 12:5 December 2005: 750–775.
- Still N. 1, in: *The Economist*, June 30th 2007, p. 11-12.
- TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José L. (orgs.) (1997): *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C et. alii (2004). Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do Mundo Contemporâneo. Ed.: Elsevier – RS.
- \_\_\_\_\_. (2004). Bush (Doutrina), in: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C et. alii (2004). Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do Mundo Contemporâneo. Ed.: Elsevier – RS.
- TILLY, Charles (1996) [1990]. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp.
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira (2004). O papel do petróleo na geopolítica americana. In: FIORI, J. L. (Org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.
- WADE, Robert (1996). Japan, the World Bank and the Art of Paradigm Maintenance: The East Asian Miracle in Political Perspective. In: *New Left Review*, 217, May/June, 1996.
- \_\_\_\_\_. (2001). Showdown at the World Bank. In: *New Left Review*, 7, January/February, 2001.
- \_\_\_\_\_. (2006). Choking the South. In: *New Left Review*, 38, Mar/Apr, 2006, p. 115-127.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1979). *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1984). *The Politics of the World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1996). "The Rise and Future Demise of World-Systems Analysis". Artigo apresentado no 91st Annual Meeting of the American Sociological Association, New York, Aug. 16, 1996.
- \_\_\_\_\_. (2003). Entering Global Anarchy. In: *New Left Review*, 22, May/June, 2003.
- \_\_\_\_\_. (2003). U.S. Weakness and the Struggle for Hegemony. In: *Monthly Review*, July-August 2003.